

STJ

(03/05/11)

4	Tributário. ICMS. Energia Elétrica. Creditamento por industrialização. Necessidade de dilação probatória. Princípio da não-cumulatividade tributária.	REsp. 977.090/ES Julgado com mérito
6	Penal e Processual Penal. Execução Penal. Condenação em regime aberto. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito.	REsp. 1.110.823/PR Julgado com mérito REsp. 1.107.314/PR Julgado com mérito REsp. 1.110.824/PR Julgado com mérito
9	Processo Civil. Cautelar de exibição de documentos. Aplicação do art. 359 do CPC. Não aplicabilidade da presunção de veracidade.	REsp. 1.094.846/MS Julgado com mérito
10	Tributário. Execução Fiscal. Citação por edital. Condições de cabimento. Frustração das demais modalidades de citação (por correio e por Oficial de Justiça).	REsp. 1.103.050/BA Julgado com mérito
11	Acidente do trabalho. INSS. Cumulação do auxílio-acidente com aposentadoria. Lei 9.528/97.	REsp. 1.105.204/SP Afetado
16	Tributário. A notificação do contribuinte acerca do lançamento do IPTU pode dar-se por quaisquer atos administrativos eficazes de comunicação.	REsp. 1.111.124/PR Julgado com mérito
17	Tributário. Responsabilidade do representante da pessoa jurídica, cujo nome consta da CDA, para responder por débitos da pessoa jurídica. Exceção de Pré-Executividade. Execução Fiscal. Hipóteses de cabimento.	REsp. 1.104.900/ES Julgado com mérito REsp. 1.110.925/SP Julgado com mérito

19	Tributário. ICMS. Existência ou não de isenção de ICMS sobre o bacalhau oriundo de país signatário do GATT – General Agreement on Tariffs and Trade.	REsp. 871.760/BA Julgado com mérito
20	Direito Econômico. Capitalização mensal de juros em ação revisional de contrato bancário.	REsp. 973.827/RS Afetado
21	Legalidade da cláusula que prevê comissão de permanência em contrato bancário na hipótese de inadimplência do consumidor.	REsp. 1.058.114/RS Julgado com mérito REsp. 1.063.343/RS Julgado com mérito
23	Suspensão no fornecimento de energia elétrica em face de dívida em discussão.	REsp. 1.101.937/RS Afetado
24	Crédito fiscal decorrente de multa administrativa. Natureza. Prazo prescricional aplicável.	REsp. 1.105.442/RJ Julgado com mérito
28	Tributário. Possibilidade de interrupção da prescrição por meio de citação por edital em ação de execução fiscal.	REsp 999.901/RS Julgado com mérito
30	Tributário. Possibilidade de responsabilização do promitente vendedor e/ou do promitente comprador pelo pagamento do IPTU na execução fiscal, diante da existência de negócio jurídico que visa à transmissão da propriedade (contrato de compromisso de compra e venda).	REsp. 1.111.202/SP Julgado com mérito
33	Tributário. ISS. Possibilidade de interpretação extensiva dos serviços bancários constantes da lista anexa à LC 116/2003 e, para os fatos jurídicos que lhe são pretéritos, da lista anexa ao DL 406/68.	REsp. 1.111.234/PR Julgado com mérito
41	Tributário. Termo inicial do prazo para oferecimento dos embargos à execução fiscal, quando a garantia consiste na penhora de bens e direitos.	REsp. 1.112.416/MG Julgado com mérito
42	Civil. Empréstimo compulsório instituído sobre energia elétrica. Quantificação da condenação da ELETROBRÁS. Termo inicial de contagem do prazo prescricional. Incidência de correção monetária plena, juros remuneratórios e moratórios, e seus percentuais e taxa SELIC. Possibilidade de devolução em ações.	REsp. 1.028.592/RS Julgado com mérito
43	Tributário. Repetição do indébito de tributo estadual. Juros de mora.	REsp. 1.111.189/SP

	Definição da taxa aplicável.	Julgado com mérito
46	Processo Civil. Honorários advocatício . Acórdão transitado em julgado omissos quanto à verba de sucumbência. Ajuizamento da ação própria. Inadmissibilidade.	Resp.. 886.178/RS Julgado com mérito
51	Tributário. Processo Civil. Execução Fiscal. Penhora sobre o faturamento. Possibilidade. Ordem de preferência – LEF.	Resp. 1.244.694/RJ
54	Processo Civil. Taxa de juros moratórios devidos a partir do CC 2003. Ofensa à coisa julgada.	REsp. 1.111.117/PR Julgado com mérito REsp. 1.111.118/PR Julgado com mérito REsp. 1.111.119/PR Julgado com mérito REsp 1.112.743/BA Julgado com mérito
57	Civil. Consumidor. Direito à saúde. Aplicação retroativa de leis sobre planos de saúde.	REsp. 1.226.038/RJ
58	Administrativo. Apreensão / Retenção de veículo. Autoexecutoriedade. Condicionamento ao pagamento de multas, diárias e despesas correlatas.	REsp. 1.104.775/RS Julgado com mérito
59	Administrativo - Gratificação de Encargos Especiais - DER-RJ – INATIVOS. Natureza da gratificação. Juros moratórios (Art. 1º-F da Lei 9.494/97). Prescrição (Art. 1º do Decreto 20.910/32).	REsp. 1.120.250/RJ Afetado REsp. 1.120.668/RJ
60	Previdenciário. Processual Civil. Fazenda Pública. INSS. Custas e despesas processuais na Justiça Estadual. Art. 1º da Lei 9494/97. Art. 27 do CPC. Art. 475, §2º do CPC.	REsp. 1.101.727/PR Julgado com mérito
61	Cartão de crédito. Revisão de cláusulas contratuais. Repetição de indébito. Danos morais. Cobrança de juros acima do limite constitucional. Anatocismo.	REsp. 0004206-46.2008.8.19.0075
65	Processo Civil. Consumidor. Planos Econômicos. Extratos Bancários. Aplicabilidade / Retroatividade do CDC. Ônus da prova. Prazo de guarda dos extratos. Multa.	REsp. 1.096.554/RJ

67	Tributário. Responsabilidade dos sócios para responder por débitos da pessoa jurídica devedor em execução fiscal.	REsp. 1.101.728/SP Julgado com mérito
68	Processo civil. Art. 475-J. Possibilidade de execução provisória da multa.	REsp.1.240.530/RJ
69	Penal. Decadência do direito de punir. Notificação do infrator de trânsito não expedida no prazo de trinta dias. Possibilidade de reinício do procedimento administrativo.	REsp. 1.092.154/RS Julgado com mérito
71	Saúde. Medicamentos. Insumos e similares. Fornecimento obrigatório pelo ente público. Substituição de medicamento. Julgamento <i>extra petita</i> .	REsp. 1.102.457/RJ Afetado REsp 1.101.725/RS Afetado
72	Expurgos Inflacionários decorrentes de planos econômicos (VERÃO / BRESSER / COLLOR).	REsp. 1.107.201/DF Julgado com mérito REsp 1.147.595/RS Julgado com mérito
73	Tributário. Prazo prescricional para o contribuinte pleitear a devolução do indébito, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação.	REsp. 1.002.932/SP Julgado com mérito
74	Tributário. Possibilidade de substituição da CDA antes da sentença de mérito, na forma do disposto no §8º, do artigo 2º, da Lei 6.830/80, na hipótese de mudança de titularidade do imóvel sobre o qual incide o IPTU.	REsp. 1.045.472/BA Julgado com mérito
75	Consumidor. Dano moral. Inscrição em bancos de dados (SERASA). Anotações obtidas através de Registros Públicos.	REsp. 1.152.057/RJ
77	Penal. Possibilidade de fixação da pena base abaixo do mínimo legal em razão de atenuantes.	REsp. 1.117.073/PR Afetado REsp. 1.117.068/PR Afetado
78	Previdenciário. Termo inicial. Cessação do auxílio doença. Possibilidade de cumulação com o auxílio acidente. Termo inicial de incidência dos juros.	REsp. 1.117.057/SP Afetado

		REsp. 1.158.893/SP Afetado REsp. 1.112.576/SP Afetado
79	Execução Penal. Falta grave. Reinício da contagem do prazo para progressão de regime de cumprimento de pena.	REsp. 0046306-13.2009.8.19.0000
81	Caderneta de poupança. Plano COLLOR. Saldo em cruzados novos superiores ao limite estabelecido e transferidos ao BACEN. Ilegitimidade passiva da instituição financeira depositária.	REsp. 1.070.252/SP Julgado com mérito
84	Processo Civil. Art. 475–J. Intimação do devedor. Termo inicial da incidência da multa.	REsp. 0012825-25.2010.8.19.0000 REsp. 0013921-75.2010.8.19.0000 REsp. 2008.135.13718
85	Família. Alimentos. Incidência nas verbas de gratificação natalina e férias recebidas pelo alimentante.	REsp. 1.106.654/RJ Julgado com mérito
86	Previdência Privada. Contribuição. Prazo prescricional.	REsp. 1.110.561/SP Julgado com mérito REsp. 1.111.973/SP Julgado com mérito
87	Consumidor. Imóvel comercial. Cobrança de consumo de água pela tarifa mínima (multiplicada pelo número de economias) ou por estimativa. Aferição do consumo de todas as unidades por um único hidrômetro.	REsp. 1.166.561/RJ Julgado com mérito
89	Processo Penal. Execução. Visitação periódica do lar pelo apenado. Limite para as autorizações de saídas temporárias a critério da administração penitenciária. Alegação de violação do artigo 124 da Lei 7.210/84.	REsp. 1.102.482/RJ Julgado com mérito
92	DPVAT. Correção monetária e juros de mora. Termo inicial. Índices e percentuais.	REsp. 1.098.365/PR Julgado com mérito

93	Previdenciário. Auxílio-acidente. Lei 9032/95. Lei mais benéfica. Possibilidade de incidência imediata.	REsp. 1.096.244/SC Julgado com mérito
94	Processo Civil. Possibilidade de compensação dos honorários advocatícios nos termos do art. 21 do CPC quando da ocorrência de sucumbência recíproca sem implicar em violação do art. 23 do Estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94.	REsp. 963.528/PR Julgado com mérito
95	Processo Civil. Impossibilidade de julgamento monocrático dos Embargos de Declaração opostos contra decisão de órgão colegiado.	REsp. 1.049.974/SP Julgado com mérito
96	Instituição Financeira. Revisão Contratual. Fixação dos juros remuneratórios. Limitação.	REsp. 1.061.530/RS Julgado com mérito REsp. 1.112.879/PR Julgado com mérito
100	Processo Civil. Conversão de ação de execução em ação monitória.	REsp. 1.129.938/PE Afetado
101	Civil - DPVAT. Prazo prescricional. Alegação de violação dos arts. 205 e 206, §3º, IX do Código Civil.	REsp. 0094936-31.2008.8.19.0002
106	Tributário. IPTU. Declaração da prescrição sem oitiva da Fazenda Pública. Créditos prescritos antes do ajuizamento da execução. Prescrição intercorrente. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição. Isenção de custas.	REsp. 1.100.156/RJ Julgado com mérito Resp. 1.102.431/RJ Julgado com Mérito
107	Tributário. Possibilidade de cobrança de ICMS sobre a água. Serviço público essencial. Natureza jurídica. Serviço ou mercadoria.	REsp. 1.165.095/RJ Afetado
114	Reintegração de Posse. Leasing. VRG. Devolução dos Valores. Possibilidade.	REsp. 1.099.212/RJ REsp. 1.120.257/RJ
117	Consumidor. Contrato de saúde. Recusa da seguradora a autorizar internação. Urgência / Emergência. Prazo de carência. Danos morais.	REsp. 1.147.866/RJ
118	Processo Civil. Consumidor. Prestação de Contas. Extratos Bancários. Conta corrente / Cartão de crédito.	REsp. 1.119.894/RJ

		REsp. 1.116.321/RJ REsp. 1.111.745/RJ
123	Tributário. Processo Civil. Imposto de renda retido na fonte sobre verbas indenizatórias. Prescrição.	REsp. 1.114.404/MG Julgado com mérito
124	Processo Civil. Execução Fiscal. Substituição de bem penhorado por precatório. Inviabilidade. Penhora de precatório equivale à de crédito e não de dinheiro.	REsp. 1.090.898/SP Julgado com mérito
127	SFH. Incidência do CES (Coeficiente de Equivalência salarial) reajuste do saldo devedor pela TR em substituição ao INPC. Correção do saldo devedor em março de 1990. Obrigatoriedade de contratação de seguro habitacional. Aplicação do CODECON. Limitação de juros e redução da multa moratória.	REsp. 1.070.297/PR Julgado com mérito REsp. 969.129/MG Julgado com mérito
132	Civil. Pagamento da diferença dos expurgos de correção monetária incidente sobre as contribuições vertidas a entidade de previdência privada. Índice aplicável. Percentual.	REsp.1.168.660//RJ (2008.135.17354)
136	Penal. Tráfico ilícito de entorpecente. Crime previsto no art. 12, §2º da Lei 6.368/76. Ausência de previsão na Lei 11.343/06. <i>Abolitio criminis</i> . Extinção da punibilidade.	REsp. 1.101.150/RJ
139	TRIBUTÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. Inexistência de lei que autorize considerá-lo como rendimento isento. Art. 40, § 19 da CF, art. 2º, § 5º e art. 3º, § 1º da EC 41/2003 e art. 7º da Lei 10.887/04.	REsp. 1.192.556/PE Julgado com mérito
142	Previdenciário. Pecúlio post mortem. Concessão de benefício de servidor falecido após a edição da Lei nº 9.717, e 27/11/1998.	REsp. 1.176.507/RJ
143	Transporte irregular. Passageiros. Condicionamento ao pagamento de multa e despesas. Impossibilidade. Artigo 231, inciso VIII do CTB.	REsp. 1.144.810/MG Julgado com mérito
145	Legitimidade da cobrança de ICMS sobre o valor pago a título de "demanda contratada" de energia elétrica. Legitimidade. Contribuinte de direito.	REsp. 960.476/SC Julgado com mérito REsp 903.394/AL Julgado com mérito

146	Incidência do coeficiente de equiparação salarial – CES no cálculo do reajuste do encargo mensal subjacente aos contratos de mútuo do sistema financeiro de habitação – SFH, antes da edição da Lei 8.692/93.	REsp. 880.026/RS Afetado
148	Precatório. Juros de mora. Incidência no período compreendido entre a data do cálculo e a expedição da Requisição de Pequeno Valor.	REsp. 1.177.358/RJ (2009.135.10342)
149	Solidariedade passiva da União, Estados e Municípios para figurar no pólo passivo de demanda concernente ao fornecimento de medicamentos.	REsp. 1.144.382/AL Afetado
150	Tributário. Compensação de crédito. ICMS. Nota fiscal inidônea – art. 23 da LC 87/96. Possibilidade.	REsp. 1.148.444/MG Julgado com mérito
151	Civil. Despejo por falta de pagamento. Responsabilidade solidária dos fiadores. Contrato prorrogado por prazo indeterminado. Responsabilidade até a entrega das chaves.	REsp 1.201.889/RJ
152	Tributário. ICMS sobre a importação de aeronave sob o regime de arrendamento simples.	REsp. 1.131.718/SP Julgado com mérito
154	Tributário. ICMS. Alíquotas diferenciadas em operações interestaduais. Empresa de construção civil. Aquisição de material.	REsp. 1.135.489/AL Julgado com mérito
155	Tributário. ICMS. Legitimidade da base de cálculo sobre o valor total dos alimentos e bebidas por bares, restaurantes e similares.	REsp. 1.135.534/PE Julgado com mérito
156	Processo Civil. DPVAT. Competência. Exceção de Incompetência. Possibilidade de declínio de ofício.	REsp. 1.169.090/RJ
157	Tributário. ICMS. Não-incidência sobre o deslocamento de equipamentos ou mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Não-transferência de propriedade.	REsp. 1.125.133/SP Julgado com mérito
172	Processo Civil. Fraude à execução. Bem imóvel. Requisitos para a sua caracterização	REsp. 773.643/DF Afetado
175	Processo Civil. Imóvel sede da empresa individual executada. Impenhorabilidade absoluta	REsp. 1.114.767/RS Julgado com mérito

177	Consumidor. Indenização por danos morais decorrente de inscrição do nome do devedor nos cadastros de restrição ao crédito sem prévia comunicação, em especial nos casos onde o devedor possua outras inscrições nos cadastros de devedores. Violação ao artigo 43, § 2º da lei 8.078/90.	REsp. 1.061.134/RS Julgado com mérito
181	Processo Civil. Renúncia tácita em extinção da execução pela satisfação do débito.	REsp. 1.143.471/PR Julgado com mérito
182	Processo Civil. Boa-fé de terceiro adquirente em face da inexistência de registro de penhora.	REsp. 1.141.990/PR Julgado com mérito
183	Processo Civil. Necessidade de autenticação de cópias que instruem o recurso de agravo de instrumento.	REsp. 1.111.001/SP Julgado com mérito
184	Processo Civil. Necessidade de esgotamento das diligências para localização de bens para a adoção do artigo 655-A do CPC.	REsp. 1.112.943/MA Julgado com mérito
185	Civil. Restituição das parcelas pagas em consórcio em caso de desfazimento do contrato.	REsp. 1.119.300/RS Julgado com mérito
186	Consumidor. Ação de cobrança da tarifa de água e esgoto. Prazo prescricional. Aplicação da regra geral prevista no Código Civil, qual seja, o art. 177 do CC/16 ou art. 205 do NCC, conforme a data do vencimento, com as regras do art. 2028 do NCC.	REsp. 1.117.903/RS Julgado com mérito
188	Direito Previdenciário. Revisão da renda mensal inicial. Incidência do prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 9.528/97, aos benefícios concedidos em data anterior à sua vigência. Processamento do presente recurso nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução nº 08/STJ.	REsp. 1.114.938/AL Julgado com mérito
189	Processo Civil. Cabimento de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença.	REsp. 1.134.186/RS Afetado
190	Processo Civil. Possibilidade de reconhecimento <i>ex officio</i> da ausência de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso nos termos do artigo 526 do CPC.	REsp. 1.008.667/PR Julgado com mérito

191	Processo Civil. Agravo interno. Multa do artigo 557 parágrafo 2º do CPC.	REsp. 1.197.351/RJ REsp. 1.198.108/RJ Afetado
192	Tributário. Incidência de ICMS sobre serviços suplementares, adicionais ou atividade meio ao serviço de comunicação.	REsp 1.176.753/RJ Afetado
193	Processo Civil. Empréstimo compulsório instituído sobre energia elétrica. Existência de litisconsórcio necessário entre a União e a Eletrobrás.	REsp. 1.145.146/RS Julgado com mérito
194	Comercial e Processo Civil. Duplicata sem aceite. Irregularidade formal do título. Protesto indevido procedido por instituição financeira na qualidade de endossatário-mandatário. Legitimidade passiva. Dano moral.	REsp. 1.201.259/RJ
195	Direito Tributário. Possibilidade de extinção de ofício da execução fiscal com fulcro no artigo 267 inciso III do CPC.	REsp. 1.120.097/SP Julgado com mérito
197	Direito Econômico. Legalidade da cobrança de juros remuneratórios devidos em contrato bancário. Inexistência de prova da taxa pactuada ou cláusula que indique o percentual a ser observado.	REsp. 1.112.880/PR Julgado com mérito
199	Processo Civil. Sucessão / Cisão. Limites subjetivos da coisa julgada. Cumprimento de sentença. Responsabilidade patrimonial da cessionária.	REsp. 1.120.620/RJ Afetado
200	Direito Tributário. Prazo prescricional para a propositura de ação declaratória de nulidade de lançamento. Artigo 1º do DC 20.910/32.	REsp. 947.206/RJ Julgado com mérito
202	Caderneta de poupança. Prazo prescricional das ações de cobrança de expurgos inflacionários.	REsp. 1.107.201/DF Julgado com mérito REsp 1.147.595/RS Julgado com mérito

203	Processo Civil. Validade da Intimação onde conste o nome correto do advogado, apesar de equivocado o número de inscrição na OAB.	REsp 1.131.805/SC Julgado com mérito
208	Processo Civil e tributário. Recurso Especial representativo de controvérsia. Artigo 543-C do CPC. Restituição. Imposto de renda retido na fonte. Legitimidade passiva do Estado da Federação. Repartição da Receita tributária.	REsp 989.419/RS Julgado com mérito
210	Telefonia. Pulsos Excedentes. Discriminação dos valores cobrados além da franquia. Obrigatoriedade.	REsp. 1.072.662/MG Julgado com mérito REsp. 1.074.799/MG Julgado com mérito
211	Processo Civil. Ajuizamento de ação anulatória do crédito fiscal. Condicionamento ao depósito prévio do montante integral. Impossibilidade.	REsp 962.838/ BA Julgado com mérito
213	Processo Civil. Termo inicial do prazo para interposição de recurso contra decisão que antecipa os efeitos da tutela: intimação da parte obrigada ("ciência inequívoca") ou juntada do mandado aos autos.	REsp. 1.197.019/RJ REsp. 1.191.887/RJ
214	Direito Previdenciário. Auxílio acidente. Desnecessidade de que a moléstia incapacitante seja irreversível. Não incidência da súmula 7 STJ.	REsp 1.112.886/SP Julgado com mérito
216	Processo Civil. Honorários advocatícios. Condenação da Fazenda Pública. Autarquia estadual. Demandas patrocinadas pela Defensoria Pública Estadual. Confusão entre as qualidades de credor e devedor. Alegação de contrariedade ao artigo 381 do CC/2002.	REsp. 1.199.466/RJ Julgado monocraticamente REsp. 1.196.679/RJ Julgado monocraticamente REsp. 1.199.715/RJ Julgado com mérito
217	Previdenciário . Auxílio-doença convertido em aposentadoria por invalidez. Apuração da renda mensal inicial – RMI. Alegação de ofensa ao art. 29, parágrafo 5º da Lei 8213/91. Limite do art. 36, parágrafo 7º do Decreto nº 3048/99.	REsp. 1.114.562/MG Afetado
218	Consumidor. Conta Corrente. Descontos para amortização de saldo devedor. Limites percentuais. Dano moral. Configuração.	REsp. 1.117.859/RJ REsp. 1.117.035/RJ

		REsp. 1.117.021/RJ REsp. 1.129.959/RJ
219	Tributário. Incidência de ISS sobre operações de arrendamento mercantil ou <i>leasing</i> .	REsp. 1.060.210/SC Afetado
220	Consumidor. Conta corrente conjunta. Responsabilidade solidária entre o co-titular e o titular no caso do cheque sem fundos emitido isoladamente por um deles.	REsp. 1.107.572/RJ
222	Previdenciário. Termo inicial da aposentadoria por invalidez quando ausente requerimento administrativo. Data da citação válida ou a data da elaboração laudo pericial.	REsp. 1.104.826/SP Afetado
223	Processo Civil. Empréstimo compulsório instituído sobre energia elétrica. Competência da Justiça Federal ou Estadual.	REsp. 1.111.159/RJ Julgado com mérito
224	Civil. Índice de correção monetária aplicável aos depósitos judiciais.	REsp. 1.131.360/RJ Afetado
225	Civil. Possibilidade de cessão de créditos atinentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica instituído em favor da Eletrobrás.	REsp.1.119.558/SC Afetado
227	Processo Civil. Depositário Infiel. Prisão. Impossibilidade.	REsp. 914.253/SP Julgado com mérito
229	Processo Civil. Necessidade de intimação do agravado para responder ao recurso, nos termos do art. 527, I do CPC.	REsp. 1.148.296/SP Julgado com mérito
230	Penal e Processual Penal. Tráfico de drogas. Acórdão que decide pela aplicação das leis 6.368/76 e 11.343/06 em conjunto. Fusão de leis. Recurso que discute a possibilidade de se usar dois regramentos distintos ao mesmo tempo. Alegação de que uma só lei deve ser aplicada ao caso, que seja mais benéfica. Negativa de vigência dos arts. 12 da lei 6.368/76 e do art. 33, §4º da lei 11.343/06.	REsp. 1.111.992/RJ REsp. 1.117.068/PR Afetado
232	Processo Civil. Honorários advocatícios devidos à Defensoria Pública pelo Município e Estado. Instituto da confusão.	REsp. 1.108.013/RJ Julgado com mérito

234	Tributário. Processo Civil. Impossibilidade de revisão judicial da confissão de dívida efetuada com o escopo de obter o parcelamento de débitos tributários, quando o fundamento desse reexame judicial é relativo à situação fática sobre a qual incide a norma tributária.	REsp.. 1.133.027/SP Julgado com mérito
236	Tributário. Processo Civil. Possibilidade ou não de substituição do depósito integral do montante da exação por fiança bancária, sob o enfoque do art. 151 do CTN e do Enunciado sumular nº 112 do STJ.	REsp. 1.156.668/DF Julgado com mérito
237	Processo Civil. Penhora do faturamento da empresa após a ocorrência de leilão negativo do bem anteriormente penhorado. Novos embargos. Possibilidade.	REsp. 1.116.287/SP Julgado com mérito
238	Administrativo. Repetição de Indébito. Contribuição previdenciária. Natureza tributária. Termo inicial dos juros moratórios. Servidor público inativo.	REsp 1.086.935/SP Julgado com mérito
239	Processo Civil. Rede de eletrificação rural. Cobrança dos valores aportados. Prazo prescricional.	REsp. 1.063.661/RS Julgado com mérito
240	Tributário. Alteração de dados cadastrais. Erro de fato. Revisão do lançamento do IPTU.	REsp. 1.130.545/RJ Julgado com mérito
241	Tributário. Extensão da responsabilidade tributária da empresa sucessora às multas moratórias ou de outra espécie aplicadas à empresa sucedida. Possibilidade.	REsp. 923.012/MG Julgado com mérito
242	Processo Civil. Competência do juízo do inventário para apreciar pedido e reconhecimento de isenção do ITCMD.	REsp. 1.150.356/SP Julgado com mérito
243	Consumidor. Contrato de seguro de vida em grupo. Resilição do contrato pela seguradora. Possibilidade de manutenção pelo segurado com as mesmas cláusulas.	REsp. 1.108.674/RJ REsp. 1.117.088/RJ
244	Processo Civil. Prazo prescricional para o exercício da pretensão de cobrança judicial dos créditos tributários sujeitos a lançamento de ofício. IPVA.	REsp. 1.144.036/PE Afetado
245	Processo Civil. Tributário. Reunião de processos contra o mesmo devedor por conveniência da unidade da garantia da execução. Artigo 28 da Lei 6830/80. Possibilidade. Faculdade do Juiz.	REsp. 1.158.766/RJ Julgado com mérito

246	Processo Civil. Legitimidade passiva da Brasil Telecom como sucessora da Companhia Riograndense de Telecomunicações para responder pela complementação acionária decorrente de contrato de participação financeira celebrado entre adquirente de linha telefônica e a incorporada.	REsp. 1.034.255/RS Julgado com mérito
248	Sistema Financeiro de habitação. Prática de anatocismo em decorrência da utilização da tabela price. Cobertura do saldo devedor pelo FCVS na ausência de disposição contratual a respeito.	REsp 1.194.402/RS Afetado
250	Aplicação da multa de 10% prevista no caput do artigo 475-J do CPC. Cumprimento de sentença ilíquida. Devedor que efetua o depósito da parte incontroversa e apresenta garantia referente aos valores controvertidos, objeto de impugnação.	REsp. 1.147.191/RS Afetado
251	Previdenciário. Concessão de benefício nos casos de perda mínima da capacidade laboral.	REsp. 1.109.591/SC Julgado com mérito
252	Tributário. Tributo sujeito a lançamento por homologação. Contribuição previdenciária. Inexistência de pagamento antecipado. Decadência do direito do Fisco constituir o crédito tributário. Termo inicial. Artigo 173, inciso I do CTN. Aplicação cumulativa dos prazos previstos nos artigos 150 parágrafo 4º e 173 do CTN. Impossibilidade.	REsp. 973.733/SC Julgado com mérito
255	Processo Civil. Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Condenação em honorários advocatícios. Impossibilidade.	REsp. 1.185.036/PE Julgado com mérito
256	Penal. Circunstância judicial. Maus antecedentes. Artigo 59 do CP. Processos em curso. Presunção de não culpabilidade.	REsp. 1.201.793/RJ
257	Previdenciário. Aposentadoria por Invalidez concedida antes da CF de 88. Correção Monetária. Legislação aplicável.	Resp. 1.113.983/RN Julgado com mérito
258	Tributário. Execução Fiscal. Prescrição da pretensão de o Fisco cobrar judicialmente o crédito tributário. Tributo sujeito a lançamento por homologação. <i>Dies a quo</i> . Dato do vencimento da obrigação tributária.	Resp. 1.120.295/SP Julgado com mérito
260	Processo Civil. Execução Fiscal. Necessidade de intimação do exequente para declarar extinto o feito com fulcro no artigo 267, III e IV do CPC, paralisado há mais de cinco anos por inércia do exequente.	Resp. 1.159.153/CE Afetado

268	Processo Civil. Impossibilidade de deferimento <i>ex officio</i> de reforço da penhora realizada validamente no executivo fiscal.	Resp. 1.127.815/SP Julgado com mérito
275	Administrativo. PIS e COFINS. Competência da Justiça Estadual. Legitimidade do repasse das contribuições pela concessionária ao consumidor.	Resp. 1.185.070/RS Julgado com mérito
276	Direito Penal. Necessidade de comprovação de direção anormal sob a influência do álcool para a configuração do crime de embriaguez ao volante.	Resp. 0023456-28.2010.8.19.0000
277	Administrativo. Civil. Serviços de fornecimento de água. Repetição do Indébito. Prazo prescricional. Aplicação da regra geral prevista no Código Civil, qual seja, o art. 177 do CC/16 ou art. 205 do NCC, conforme a data do pagamento, com as regras do art. 2028 do NCC. Cobrança da tarifa progressiva. Possibilidade.	Resp. 1.113.403/RJ Julgado com mérito
278	Direito Penal. Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool. Constatação de embriaguez por outro meio idôneo que não o etilômetro.	Resp. 1.111.566/DF Afetado
279	Tributário. ICMS. Operações de consumo de energia elétrica e telecomunicações. Princípio da seletividade e essencialidade. Aplicação da alíquota genérica de 18%.	Resp. 1.119.872/RJ Julgado
281	Direito Tributário. Certidão de dívida ativa. Protesto. Impossibilidade. Ausência de natureza cambiária.	Resp. 1.126.515/PR Afetado
282	Legitimidade ou não da cobrança de tarifa de assinatura mensal relativa à prestação de serviços de telefonia e à existência, ou não, de litisconsórcio passivo necessário entre a empresa concessionária de telefonia e a ANATEL.	Resp. 1.068.944/PB Julgado com mérito
283	Consumidor. Plano de Saúde. Reajuste de mensalidade. Alteração de faixa etária. Prévia autorização pela ANS.	Resp. 0019616-14.2009.8.19.0204
284	Processo Civil. Correção monetária. Inexistência de pedido expresso do autor da demanda. Matéria de ordem pública. Pronunciamento judicial de ofício. Possibilidade. Julgamento <i>extra</i> ou <i>ultra petita</i> . Inocorrência.	Resp. 1.112.524/DF Julgado com mérito
285	Tributário. Processo Civil. Execução Fiscal. Sócios gerentes. Responsabilidade solidária. CTN artigo 135. Prescrição.	Resp. 1.201.993/SP Afetado
286	Processo Civil. Possibilidade de levantamento do depósito judicial	Resp. 1.145.343/PR

	em execução provisória oriunda de ação de indenização por danos morais e materiais no valor não excedente a 60 salários mínimos sem a prestação de caução.	Afetado
290	Telefonia. Contratos de Cessão e Participação Financeira. Planos de expansão. Definição do valor patrimonial das ações. Competência. Natureza da obrigação. Prescrição.	REsp. 1.033.241/RS Julgado com mérito
293	Administrativo. Servidor público ex-celetista. Transformação de licença-prêmio em pecúnia. Caráter indenizatório. Princípio do enriquecimento sem causa.	Resp. 1.137.500/RJ
304	Consumidor. Responsabilidade civil do contratante. Uso indevido por terceiros de documentos extraviados ou objeto de furto ou roubo. Risco do empreendimento.	Resp. 1.199.782/PR Afetado
305	Tributário. Substituição da CDA ou emenda para prosseguimento da execução fiscal pelo valor remanescente daquele constante do lançamento tributário ou do formalizador do contribuinte fundado em legislação posteriormente declarada inconstitucional em sede de controle difuso.	Resp. 1.115.501/SP Julgado com mérito
307	Civil. Cheque. Fraude em endosso. Responsabilidade do banco sacado. Obrigação de verificação da assinatura, além da regularidade da série de endosso.	Resp. 1.121.358/RJ
309	Tributário. Recurso Administrativo. Discussão sobre a necessidade do depósito prévio como condição para interposição de recurso posterior.	Resp. 894.060/SP Julgado com mérito
311	Administrativo. Servidor Público. Ativo. Inativo. Pensionista. Percentual de juros em desfavor da Fazenda Pública. Código Civil X art. 1º-F da Lei 9494/97.	Resp. 1.086.944/SP Julgado com mérito
324	PROCESSUAL CIVIL. Necessidade da juntada, no momento da interposição do agravo de instrumento previsto no art. 522 do CPC, de peças necessárias à compreensão da controvérsia (art. 525, II do CPC).	Resp. 1.102.467/RJ Afetado
325	PROCESSUAL CIVIL. Possibilidade de a parte autora interpor recurso adesivo de decisão que, em pedido de indenização por danos morais, fixa o valor da condenação em patamar inferior ao	REsp. 1.102.479/RJ Afetado

pleiteado.		
328	Consumidor. Necessidade de comprovação mediante AR do recebimento pelo devedor da correspondência através da qual ele é cientificado da inscrição de inadimplente.	REsp. 1.083.291/RS Julgado com mérito
331	RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Possibilidade de condenação solidária de seguradora que foi litisdenunciada pelo segurado, causador de danos a terceiros, em ação de indenização por este ajuizada.	REsp. 925.130/SP Afetado
332	RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Possibilidade de a vítima ajuizar pretensão indenizatória diretamente em face da seguradora do agente causador do dano, ainda que não tenha este feito parte do contrato de seguro.	REsp. 962.230/RS Afetado
333	ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. Necessidade da prévia avaliação do imóvel para apuração do valor da justa indenização para a concessão de imissão provisória em ação de desapropriação por utilidade pública em caráter de urgência.	Resp. 1.185.583/SP Afetado
334	PROCESSO PENAL. LEI MARIA DA PENHA. Crime de lesão corporal leve. Ação penal pública condicionada à representação da vítima. O art. 41 da Lei 11.340/06, que veda a aplicação da Lei 9.099/95, restringe-se à execução do procedimento sumaríssimo e das medidas despenalizadoras.	REsp. 1.097.042/DF Julgado com mérito